

ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO DE PORTUGAL E SUAS REGIÕES NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA*

Gilberta Pavão Nunes Rocha**

De acordo com o Relatório das Comunidades Europeias "La Situation Démographique dans l'Union Européenne", de Dezembro de 1994, o envelhecimento da população é, não só uma característica actual do mundo desenvolvido, em particular da Europa, como um facto que se estenderá a todos os outros países, segundo o enquadramento que nos é dado pela Teoria da Transição Demográfica.

A diferenciação populacional actualmente existente a nível mundial e a controvérsia no que respeita à aplicação generalizada desta teoria, não tem aqui cabimento, pois iremos cingir-nos à situação existente na União Europeia, nomeadamente em Portugal, onde o envelhecimento demográfico é já uma realidade, em franco contraste com a estrutura etária que podemos observar nos países e regiões menos desenvolvidas, que apresentam uma população bastante jovem, como acontece na África ou na América Latina.

Neste nosso trabalho pretendemos tão, somente avaliar o envelhecimento da população portuguesa nos últimos anos — 1981-1991 — inserindo a sua evolução no contexto do espaço mais vasto a que pertence ou seja, a União Europeia. Portugal será analisado no seu todo e por regiões, o que nos permitirá um conhecimento mais adequado da sua realidade, obviam-

* Comunicação com algumas alterações apresentada no Seminário População, Família e Condições de Vida, organizado pelo Instituto Nacional de Estatística, em Abril de 1995.

** Professora Associada da Universidade dos Açores.

mente diversa quando avançamos para maiores graus de desagregação. Todavia, uma grande discriminação como a análise concelhia, não nos pareceu o mais adequado, pois o tratamento e apresentação dos dados impedir-nos-ia de ter uma visão globalizante, que pensamos ser a mais desejável, num trabalho forçosamente limitado como o que nos propusemos realizar.

Não pretendemos também, atender à evolução das variáveis demográficas responsáveis pelas situações observadas em cada um dos anos, nem às diversas consequências do envelhecimento, cujas repercussões a nível económico, social ou cultural, pela sua enorme importância, são predominantes na maioria dos estudos realizados sobre esta temática.

No entanto, não podemos deixar de referir, e numa óptica estritamente demográfica, que o envelhecimento é, fundamentalmente, consequência do declínio acentuado da natalidade e da mortalidade, embora não possamos negligenciar os efeitos da evolução da mobilidade.

Na realidade, o aumento da Esperança de Vida tem um efeito considerável no acréscimo do número de idosos, principalmente dos mais idosos, ou seja, aqueles que têm mais de 75 anos. A diminuição dos nascimentos é responsável por uma diminuição muito significativa no número de jovens.

A emigração pode contribuir para um rejuvenescimento na base e um maior envelhecimento no topo. Em sentido inverso, a imigração pode ser responsável por um acentuar do envelhecimento na base e por um rejuvenescimento no topo. Noutros casos, a emigração pode conduzir a um duplo envelhecimento e a imigração a um duplo rejuvenescimento. Outros movimentos migratórios, designadamente os movimentos internos, de enorme importância numa análise regional, comportam-se como emigrações no caso das saídas e imigrações quando se verificam entradas de população.

Assim, o declínio da natalidade e da mortalidade podem ser agravados ou atenuados como consequência da mobilidade. Se estes são aspectos importantes quando fazemos uma análise comparativa da evolução dos vários países, têm ainda maior pertinência quando estão em causa as regiões dos diversos países nos quais a mobilidade, mormente a mobilidade interna, tende a intensificar-se.

Ainda antes de analisarmos a evolução observada na Europa entre 1981 e 1991, iremos fazer uma pequena caracterização da situação na actualidade mais recente — 1991-1993, tomando como referência os grupos

funcionais com idades agrupadas em 0-19; 20-59 e 60 + anos, o que não acontecerá com as restantes partes do trabalho, nas quais utilizaremos a repartição 0-14; 15-64 e 65 + anos. Apesar desta pequena discrepância na classificação da população nos dois períodos, condicionada pela informação que temos disponível, não cremos que este facto venha a alterar as principais conclusões a que possamos chegar.

Este trabalho apresenta-se repartido por três pontos. No primeiro, faremos uma caracterização da estrutura etária dos países da União Europeia, através dos Grupos Funcionais: Jovens, Activos e Velhos bem como da respectiva evolução com base na Variação Percentual de cada um dos Grupos durante o período em estudo, apresentando também os Rácios de Dependência, pois cremos que estes últimos são indicadores importantes quando se trabalha numa óptica comparativa.

No segundo ponto trataremos da situação portuguesa utilizando as grandes regiões que compõem o NUT II, servindo-nos para tal dos Grupos Funcionais e sua Variação Percentual, bem como do Índice de Vitalidade.

No terceiro e último ponto iremos considerar o interior de cada uma das grandes regiões, NUT III, além de um tratamento por ilhas no que respeita às regiões insulares. A análise será feita igualmente com base nos Índices de Vitalidade e na Variação Percentual observada nos Jovens e nos Velhos.

Neste sentido, os indicadores serão cada vez mais reduzidos, procurando uma informação mais condensada à medida que se estuda os espaços mais desagregados e que conduzem consequentemente a um maior grau de pormenorização. De resto, ao longo de todo o trabalho, e como se vê pela descrição anterior, utilizamos indicadores pouco sofisticados, não sendo nosso objectivo identificar estatisticamente grandes zonas de homogeneidade ou heterogeneidade no que respeita ao envelhecimento populacional em Portugal. Esta situação será, de algum modo, perceptível nas conclusões, quer de cada um dos pontos, quer da globalidade do trabalho.

Assim, estamos conscientes da limitação dos indicadores utilizados, designadamente no que respeita à Variação Percentual, mas que em nosso entender não invalidam uma análise como a que nos propusemos elaborar, cujo principal objectivo é, como dissemos, dar uma panorâmica geral e genérica do envelhecimento da população portuguesa no seu todo e por regiões.

1 — O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO NA UNIÃO EUROPEIA

Conforme se pode constatar do Quadro 1, a estrutura etária da população da União Europeia, em 1991, apresenta-se bastante desequilibrada com um envelhecimento na base e no topo, sendo, em termos gerais, o peso relativo dos Jovens de 25,5% e o dos Velhos de 19,8%.

Esta caracterização genérica esconde situações muito diversas em cada um dos grupos funcionais. Com efeito, quer no que respeita aos Jovens, quer aos Velhos, podemos encontrar, embora com alguma arbitrariedade na sua junção, três níveis de envelhecimento.

Quanto ao primeiro grupo funcional, que abrange aqueles que têm entre 0 e 19 anos, a Irlanda encontra-se numa situação excepcional, com uma percentagem muito superior à média europeia, pois enquanto que esta se fica pelos 25,5%, como acima referimos, aquele país regista um valor percentual de 36,8%. A Grécia, a Espanha, a França, o Reino Unido, a Holanda, Portugal e de algum modo a Bélgica, encontram-se numa situação intermédia no contexto envelhecido da Europa com quantitativos que oscilam entre os 25% e os 30%. Com valores inferiores a 25%, menores do que a média europeia, temos a Dinamarca, a Alemanha, a Itália e o Luxemburgo, os países de mais acentuado envelhecimento na base.

Se atendermos agora ao grupo dos Velhos, verifica-se que a Irlanda é o país mais jovem no topo, embora a Holanda não apresente um quantitativo muito diferente, respectivamente, 15,3% e 17,4%. Os países mais envelhecidos são a Bélgica, a Alemanha, a Itália e o Reino Unido, com percentagens superiores a 20%, ou seja, mais elevadas do que a média europeia. Os restantes, a maior parte, têm valores entre 18% e 20%.

QUADRO 1
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO
DA UNIÃO EUROPEIA EM 1991 (%)

Gr. de Idade	0-19	20-59	60 +
Países União Europeia	25.5	54.7	19.8
Bélgica	24.6	54.7	20.7
Dinamarca	24.9	55.6	20.3
Alemanha	20.9	58.2	20.9
Grécia	26.2	54.0	19.8
Espanha	27.8	53.3	18.9
França	27.5	53.3	19.3
Irlanda	36.8	47.9	15.3
Itália	23.8	55.6	20.6
Luxemburgo	23.2	57.7	19.1
Holanda	25.2	57.4	17.4
Reino Unido	25.9	53.4	20.7
Portugal	28.6	52.4	19.0

Neste contexto, Portugal encontra-se no conjunto de países que têm uma posição intermédia, embora seja fácil constatar que a sua maior diferença respeita ao envelhecimento na base, com um número de jovens comparativamente elevado — 28,6%, o maior valor com excepção da Irlanda, este um país com uma situação perfeitamente ímpar na União Europeia, como acima observámos. Todavia, Portugal não apresenta uma situação muito diferente da de outros países do Sul da Europa como a Grécia, a Espanha e a França.

O mesmo não acontece com o peso relativo da população com mais de 60 anos, cuja percentagem é bastante próxima da média europeia, e muito semelhante à da maioria dos outros países em análise. De resto, e em termos globais da Europa, verifica-se uma maior homogeneidade no envelhecimento no topo do que no envelhecimento na base.

Atendendo aos valores dos mesmos grupos funcionais em 1993, constantes no citado Relatório, iremos em seguida analisar a situação mais recente, ou seja, comparar a tendência registada entre 1991, que acabámos de apresentar, e 1993. Tratando-se embora de um período muito curto podemos observar evoluções que reputamos dignas de registo.

Considerando o grupo com idades compreendidas entre os 0 e os 19

anos, verifica-se que o envelhecimento é mais sentido nos países mais jovens, que apresentam decréscimos percentuais mais significativos. É de sublinhar a evolução registada na Grécia, na Irlanda, em Portugal e até na Itália, este já um dos países mais envelhecidos em 1991. Situação inversa encontramos na Alemanha e no Luxemburgo, principalmente no primeiro, com um aumento, ainda que ligeiro, na importância relativa deste grupo etário.

No que respeita às pessoas com mais de 60 anos, a tendência é muito semelhante à observada nos Jovens, com um acréscimo mais preponderante nos países menos envelhecidos no topo, tendo alguns dos países mais envelhecidos, como a Alemanha e a Dinamarca, uma diminuição do seu valor percentual. De salientar o caso da Irlanda onde a situação no que respeita a este grupo não teve qualquer alteração.

Assim, e em termos genéricos, assiste-se a uma tendência de homogeneização, quer por um envelhecimento mais acentuado dos países mais jovens, quer por um envelhecimento bastante atenuado, ou até rejuvenescimento dos países mais envelhecidos.

Portugal insere-se obviamente na tendência anteriormente descrita, embora não apresente alterações tão significativas como outros países do Sul da Europa, como a Grécia ou a Espanha. A situação da Itália é um pouco diferente, pois apesar de nos últimos anos — 1991-1993 — ter um dos maiores níveis de envelhecimento, quer na base quer no topo, o facto é que já em 1991 se inseria no conjunto dos países europeus mais envelhecidos, como tivemos oportunidade de referir na análise do Quadro 1.

A evolução comparada destes dois grupos funcionais, que caracterizam o envelhecimento da população, será melhor percebida se considerarmos o Índice de Vitalidade, que apresentamos no Quadro 3.

QUADRO 2
ESTRUTURA ETÁRIA DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA EM
1991 E 1993 (%)

Gr. de Idade	0 - 19		20 - 59		60 +	
	1993	1991	1993	1991	1993	1991
Países União Europeia						
Bélgica	24.3	24.6	54.6	54.7	21.1	20.7
Dinamarca	22.8	24.1	56.1	55.6	20.1	20.3
Alemanha	21.5	20.9	58.1	58.2	20.4	20.9
Grécia	24.6	26.2	54.6	54.0	20.8	19.8
Espanha	26.5	27.8	53.9	53.3	19.6	18.9
França	26.8	27.5	53.5	53.2	19.7	19.3
Irlanda	34.9	36.8	49.8	47.9	15.3	15.3
Itália	22.6	23.8	56.8	55.6	21.3	20.6
Luxemburgo	23.3	23.2	57.5	55.7	19.2	19.1
Holanda	24.6	25.2	57.8	57.4	17.6	17.4
Reino Unido	-	25.9	-	53.4	-	20.7
Portugal	27.4	28.6	53.1	52.4	19.5	19.0

QUADRO 3
ÍNDICE DE VITALIDADE DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA
EM 1991 E 1993 (%)

Anos	1991	1993
Países União Europeia		
Bélgica	84.1	86.8
Dinamarca	84.2	84.5
Alemanha	100.0	94.9
Grécia	75.6	84.6
Espanha	68.0	74.0
França	70.2	73.5
Irlanda	41.6	43.8
Itália	87.3	94.2
Luxemburgo	82.3	82.4
Holanda	69.6	71.5
Portugal	68.2	71.2

Com efeito, e tendo agora em conta os valores do Índice de Vitalidade, confirma-se que Portugal é um dos países da Europa que menos envelheceu. Exceptuando a Irlanda que apresenta, como temos visto, uma situação perfeitamente distinta da dos outros países da União Europeia, Portugal, que em 1991 tem um Índice de Vitalidade um pouco superior ao de outros países do Sul, regista a situação mais favorável em 1993, pois o envelhecimento na Espanha e na Grécia foi bastante mais acentuado. De sublinhar ainda a evolução na Alemanha, onde o Índice passa de 100% para 94.9%, demonstrativo de uma inversão na tendência deste fenómeno como anteriormente observámos.

Após esta apresentação da actualidade mais recente, vamos então analisar a evolução do envelhecimento dos países da União Europeia entre 1981 e 1991, contextualizando a situação de Portugal na sua globalidade, para em seguida podermos desenvolver a caracterização portuguesa de uma forma mais aprofundada. Como tivemos ocasião de dizer no início, iremos agora trabalhar com a outra classificação dos grupos funcionais, ou seja, repartindo a população por idades compreendidas entre 0-14; 15-64 e 65 e mais anos.

Em 1981, Portugal é um dos países mais jovens da Europa comunitária. Se apresenta um menor valor percentual de Jovens do que a Irlanda, com uma diferença relativamente significativa, respectivamente, 28% e 31%, o facto é que o mesmo não se verifica nos Velhos, embora a desigualdade seja neste caso bastante pequena, com percentagens de 10% e 11%, respectivamente. De resto, Portugal tem nesta data uma situação perfeitamente idêntica à da Espanha, conforme se pode constatar no Quadro 4.

QUADRO 4
ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA
EM 1981 E 1991. VARIAÇÃO PERCENTUAL

Países União Europeia	10 - 19			20 - 59			60 e +		
	Anos 1981	1991	Var %	1981	1991	Var %	1981	1991	Var %
Bélgica	22	18	-18	64	67	4.7	14	15	7
Dinamarca	22	17	-23	64	67	4.7	14	16	14
Alemanha	21	15	-29	64	70	9.4	15	15	-
Grécia	24	20	-17	64	67	4.7	12	14	17
Espanha	28	21	-25	62	66	6.5	10	13	30
França	24	20	-21	62	66	6.5	14	14	-
Irlanda	31	28	-10	58	61	5.2	11	11	-
Itália	24	17	-29	64	69	7.8	12	14	17
Luxemburgo	20	17	-15	67	70	4.5	13	13	-
Holanda	25	18	-28	64	69	7.8	11	13	18
Reino Unido	23	19	-17	63	66	4.8	14	16	14
Portugal	28	20	-29	62	67	8.1	10	14	40

Em 1991, e no que respeita aos Jovens, a situação está perfeitamente alterada. Durante os anos oitenta, os países europeus que estamos a analisar registam um envelhecimento na base bastante acentuado. Ainda que os quantitativos das respectivas Variações Percentuais não sejam iguais, as diferenças não são muito relevantes, com excepção para a Irlanda que tem um valor muito inferior ao dos restantes países. Assim, a uma situação inicial bem diversificada, a generalizada intensidade dos ritmos de envelhecimento na base faz com que em 1991 ainda encontremos diferenças acentuadas entre os diversos países.

O mesmo não acontece se atendermos ao envelhecimento no topo, onde a evolução se apresenta bem distinta. Com efeito, durante este período, muitos países estabilizaram a importância relativa do seu número de idosos, enquanto que outros registam acréscimos muitíssimo elevados. Nestes últimos, Portugal distingue-se por ter o maior valor — 40%. A Espanha, que lhe está imediatamente a seguir, apresenta um quantitativo bastante mais baixo, de 30%.

A evolução conjunta destes dois grupos funcionais está bem sintetizada no Índice de Vitalidade que apresentamos no Quadro 5.

Em 1981, o número de Velhos por cada 100 Jovens é bastante diverso nos vários países europeus. Na Irlanda, em Portugal e na Espanha é de cerca de 36, em franco contraste com a Alemanha, o Luxemburgo, a Bélgica, a Dinamarca ou o Reino Unido, com valores superiores a 60. Nos restantes países os quantitativos estão próximos de 50, ou seja, os Velhos são praticamente metade do número de Jovens.

Em 1991, o desequilíbrio etário acentua-se de uma forma generalizada, com excepção para a Irlanda que regista um aumento pouco significativo. Na maioria dos países o número de Velhos quase que iguala o dos Jovens, com uma relação que em muitos casos ultrapassa os 70%.

QUADRO 5
ÍNDICE DE VITALIDADE DOS PAÍSES DA UNIÃO EUROPEIA,
EM 1981 E 1991(%)

Países União Europeia	Anos	1981	1991
Bélgica		63.6	83.3
Dinamarca		63.6	94.1
Alemanha		71.4	100
Grécia		50.0	70.0
Espanha		35.7	61.9
França		58.3	70.0
Irlanda		35.5	39.2
Itália		50.0	82.4
Luxemburgo		65.0	76.5
Holanda		44.0	72.2
Reino Unido		60.9	84.2
Portugal		35.7	70.0

Esta evolução teve, pois, como consequência, e além do acréscimo do envelhecimento da população, uma diminuição da diversidade na caracterização demográfica da União Europeia.

Para terminar a abordagem ao envelhecimento na Europa comunitária, apresentamos nos Quadros 6 e 7 os Rácios de Dependência dos Jovens, dos Velhos e Total em 1981 e 1991.

QUADRO 6
RÁCIOS DE DEPENDÊNCIA NA UNIÃO EUROPEIA EM 1981 (%)

Países União Europeia	R.D.	RDJ	RDV	RDT
Bélgica		34.4	21.9	56.3
Dinamarca		34.4	21.9	56.3
Alemanha		32.8	23.4	56.2
Grécia		37.5	18.8	56.3
Espanha		45.2	16.1	61.3
França		38.7	22.6	61.3
Irlanda		53.4	19.0	72.4
Itália		37.5	18.8	56.3
Luxemburgo		29.9	19.4	49.3
Holanda		39.1	17.2	56.3
Reino Unido		36.5	22.2	58.7
Portugal		45.2	16.1	61.3

QUADRO 7
RÁCIOS DE DEPENDÊNCIA NA UNIÃO EUROPEIA EM 1991 (%)

Países União Europeia	RD	RDJ	RDV	RDT
Bélgica		27.5	21.2	49.3
Dinamarca		25.7	23.8	48.8
Alemanha		21.2	22.1	43.2
Grécia		28.5	20.5	49.9
Espanha		31.2	19.6	50.8
França		30.8	20.8	51.5
Irlanda		45.7	18.6	64.2
Itália		25.2	20.6	45.8
Luxemburgo		24.6	19.3	43.9
Holanda		26.5	18.4	44.9
Reino Unido		28.9	23.8	52.7
Portugal		30.0	19.9	49.9

Embora estes não tragam alterações à análise que temos vindo a efectuar, quantificam por um lado a relação entre os diversos grupos funcionais, incluindo o dos Activos, até agora negligenciado, e por outro explicitam um dos maiores problemas que o envelhecimento trouxe às sociedades desenvolvidas, ou seja, a relação entre os “dependentes” e os que suportam economicamente a “dependência”, embora este não seja um tema abordado nesta comunicação, como inicialmente afirmámos.

Fazendo uma análise muito breve dos Quadros 6 e 7, a grande constatação respeita à diminuição do Rácio de Dependência Total ao longo dos anos oitenta, como consequência do acentuado declínio no Rácio de Dependência dos Jovens, fundamentalmente nos países do Sul. Nestes, verifica-se igualmente um aumento no Rácio de Dependência dos Velhos. É nos países mais envelhecidos que a diferença entre estes dois Rácios é mais atenuada.

Assim, e para concluir esta primeira parte, podemos sintetizar confirmando que o envelhecimento populacional é uma das principais características demográficas dos países da União Europeia e que a desigualdade inicialmente existente tem vindo a atenuar-se, fundamentalmente devido às intensas alterações observadas nos países tradicionalmente mais jovens, principalmente os do Sul da Europa, nos quais Portugal está inserido.

Apesar do envelhecimento se verificar nas suas duas vertentes, na base e no topo — duplo envelhecimento — tem sido no grupo dos mais jovens que as modificações mais se fazem sentir. No entanto, e apesar da tendência de homogeneização, verificam-se ainda algumas diferenças, e estas respeitam à população mais jovem. Contudo, o ritmo de evolução dos fenómenos demográficos fazem prever que a diversidade irá desaparecer num breve espaço de tempo, como pudemos constatar na evolução dos últimos dois anos, ou seja, de 1991 a 1993.

Esta situação pode ser justificada, e utilizando uma ideia expressa no já citado Relatório, pela existência de um modelo demográfico europeu onde observamos um comportamento similar nas variáveis responsáveis pela evolução da população. Mortalidade e natalidade baixas, e uma mobilidade onde predomina a imigração, embora com um acréscimo do controlo nas entradas de pessoas não pertencentes ao espaço comunitário.

2 — O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO EM PORTUGAL POR GRANDES REGIÕES

Após este enquadramento que caracteriza o equilíbrio etário nos vários países da União Europeia, iremos em seguida analisar a evolução do envelhecimento demográfico em Portugal, por grandes regiões, no último período intercensitário.

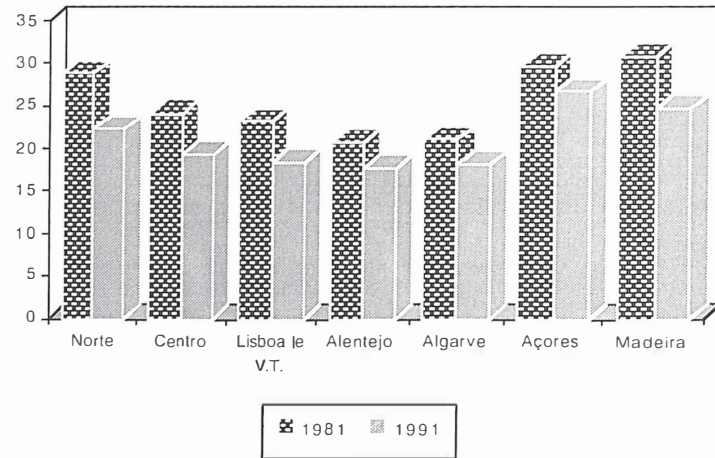
Em 1981 a importância relativa da população com idades inferiores a 15 anos apresenta-se bastante diversificada. As situações extremas respeitam, por um lado, à região Norte e Ilhas, nas quais este grupo etário ronda os 30% — valor superior à média do país que é de 28% — e, por outro, ao Alentejo e Algarve com valores percentuais próximos dos 20%. Numa situação intermédia, embora mais próximos destes últimos, temos as regiões Centro e Lisboa e Vale do Tejo, com 24% e 23%, respectivamente.

Em 1991 o posicionamento relativo não é propriamente alterado, mas verifica-se que o envelhecimento na base, ainda que generalizado, se faz com ritmos bastante diferenciados, parecendo existir, consequentemente, uma maior homogeneidade no interior do país. Com efeito, e com excepção para os Açores, a Variação Percentual é mais elevada nas regiões mais jovens, com quantitativos da ordem dos 20%, contrariamente às mais envelhecidas onde o valor é de cerca de 14%.

QUADRO 8
IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS JOVENS EM PORTUGAL,
POR GRANDES REGIÕES,
EM 1981 E 1991 E VARIAÇÃO PERCENTUAL

Regiões /	Anos	1981	1991	VAR. %
Norte		28,9	22,3	- 22,8
Centro		24,1	19,3	- 19,8
Lisboa e V.T.		23,3	18,3	- 21,5
Alentejo		20,7	17,7	- 14,5
Algarve		21,1	18,1	- 14,2
Açores		29,7	26,7	- 10,1
Madeira		30,8	24,7	- 19,8

GRÁFICO 1
IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS JOVENS EM PORTUGAL.
POR GRANDES REGIÕES.
EM 1981 E 1991

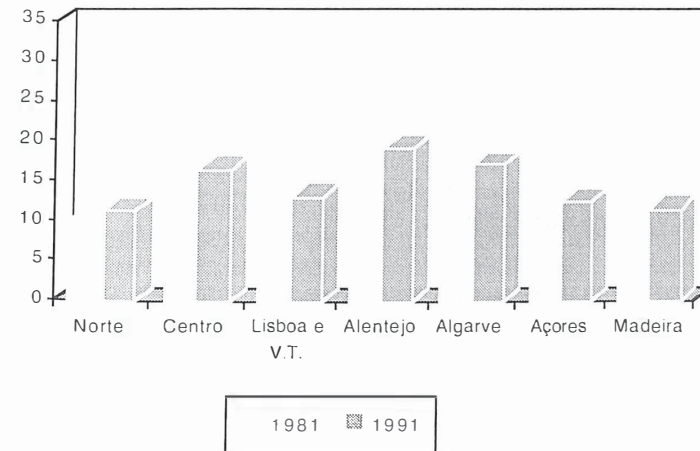


No que respeita ao envelhecimento no topo, a situação não se apresenta perfeitamente idêntica à observada para o envelhecimento na base. Na realidade, já em 1981 encontramos algumas diferenças relativamente à ordenação das várias regiões.

QUADRO 9
IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS VELHOS EM PORTUGAL.
POR GRANDES REGIÕES.
EM 1981 E 1991 E VARIAÇÃO PERCENTUAL

Regiões /	Anos	1981	1991	VAR. %
Norte		9.8	11.3	15.3
Centro		14.1	16.5	17.6
Lisboa e V.T.		10.6	13.1	23.6
Alentejo		16.0	19.1	19.4
Algarve		15.8	17.1	8.2
Açores		11.3	12.4	9.7
Madeira		10.5	11.5	9.5

GRÁFICO 2
IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS VELHOS EM PORTUGAL.
POR GRANDES REGIÕES, EM 1981 E 1991



Quanto às mais jovens, e além da do Norte, dos Açores e da Madeira, temos de acrescentar a de Lisboa e Vale do Tejo, com um valor também bastante baixo. Mas enquanto que na importância relativa dos Jovens tínhamos, por ordem decrescente, a Madeira, os Açores e só depois o Norte, no peso relativo dos mais idosos a posição, agora crescente, altera-se, estando em primeiro lugar o Norte, depois a Madeira, Lisboa e Vale do Tejo, e só depois os Açores. Por outro lado, o Centro tem uma percentagem relativamente semelhante, ainda que inferior, ao Algarve e ao Alentejo. Neste sentido, e para esta data, pensamos poder considerar unicamente uma divisão em dois grupos e não em três como tínhamos considerado no envelhecimento na base.

Em 1991, o posicionamento relativo da várias regiões parece-nos ser muito idêntico ao que descrevemos para 1981, apesar das diferenças entre os quantitativos terem sofrido alterações como resultado dos diversos ritmos de crescimento, aqui vistos pelas Variações Percentuais.

No que respeita ao aumento do número de idosos não podemos, de modo algum, dizer que foram as regiões mais jovens as que mais envelheceram. Todavia, esta é uma realidade para a região de Lisboa e Vale do Tejo e mesmo para a do Norte, mas que não acontece nas Ilhas. Do mesmo modo, nas mais envelhecidas, encontramos situações bastante distintas, designadamente no Alentejo e no Algarve, a primeira com uma variação muito elevada e a última com um valor muito inferior, o mais baixo nos conjuntos em análise.

Assim, e apesar do acentuado envelhecimento no topo, generalizado a todas as regiões do país, estamos longe de verificar uma situação de homogeneidade, pois a diversidade continua a imperar. O Alentejo, o Algarve e o Centro como regiões envelhecidas, o Norte, os Açores e a Madeira como regiões jovens no topo e Lisboa e Vale do Tejo numa posição intermédia, fruto de um aumento muito significativo da importância relativa da população com idades superiores a 65 anos.

QUADRO 10
ÍNDICE DE VITALIDADE EM PORTUGAL,
POR GRANDES REGIÕES,
EM 1981 E 1991. (%)

Regiões / Anos	1981	1991
Norte	33,9	50,7
Centro	58,5	85,5
Lisboa e V.T.	45,5	71,6
Alentejo	77,3	107,9
Algarve	74,9	94,5
Açores	38,1	46,4
Madeira	34,1	46,6

Tendo em conta os dois grupos funcionais até agora apresentados, que registavam comportamento distintos, não só em cada um dos anos, como também na sua evolução, iremos em seguida atender à sua relação através do Índice de Vitalidade que consta do Quadro 10.

O peso relativo dos Jovens comparativamente ao dos Velhos alterou-se substancialmente ao longo da década de oitenta. No entanto, quer em 1981, como em 1991, parece-nos clara a existência de três zonas bem distintas que não são obviamente iguais no seu interior. Regiões jovens são ainda o Norte, os Açores e a Madeira, onde os idosos são cerca de metade dos mais novos. Regiões muito envelhecidas são o Algarve e o Alentejo, onde os dois grupos funcionais quase se igualam, embora nesta última região os Velhos sejam em número superior ao dos Jovens. Regiões intermédias, são o Centro e Lisboa e Vale do Tejo, não obstante o acréscimo verificado principalmente nesta última.

Sendo estes os dois grupos funcionais mais importantes no estudo do envelhecimento da população, parece-nos todavia importante atender também à caracterização e evolução do dos Activos, que interferem directamente nos outros dois, aumentando, diminuindo ou até estabilizando a sua importância relativa.

No que respeita à percentagem da população com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, encontramos em 1981 uma situação relativamente distinta, fundamentalmente entre as Ilhas e a região de Lisboa e Vale do Tejo, que registam os quantitativos extremos, respectivamente os mais baixos e o mais elevado. Nas restantes a desigualdade é menos

acentuada, embora se possa ainda agrupar o Norte com o Centro e o Alentejo com o Algarve com valores idênticos entre si.

Em 1991 é quase generalizado o aumento deste grupo etário, com excepção para o Alentejo, pois nesta região assiste-se a uma diminuição, ainda que bastante ligeira, de -0.2%. De um modo geral, podemos dizer que o acréscimo foi mais acentuado nas regiões que tinham anteriormente um quantitativo inferior, tendendo-se, assim, para um maior unidade no interior do país. Esta afirmação de carácter generalizante não obsta a que se verifiquem algumas diferenças, como se pode confirmar pela observação do Quadro 11.

QUADRO 11
IMPORTÂNCIA RELATIVA DOS ACTIVOS EM PORTUGAL,
POR GRANDES REGIÕES,
EM 1981 E 1991 E VARIAÇÃO PERCENTUAL

Regiões / Anos	1981	1991	VAR %
Norte	61.3	66.4	8.3
Centro	61.8	64.2	3.9
Lisboa e V.T.	66.1	68.6	3.8
Alentejo	63.3	63.2	- 0,2
Algarve	63.1	64.8	2.7
Açores	59.0	61.6	4.4
Madeira	58.7	63.8	8.7

Tal como nos países da União Europeia, o declínio mais acentuado da população com idades inferiores a 15 anos faz com que a nível do continente se verifique um tendência para uma maior homogeneidade no envelhecimento na base.

Já no que respeita aos mais velhos a diversidade existente entre as várias regiões portuguesas parece-nos ser ainda acentuada, contrariamente ao que acontece nos países europeus que, como vimos, apresentam situações muito semelhantes entre si. Com efeito, verificámos que os países com maior número de idosos de algum modo estabilizaram o envelhecimento no topo, o que não é claramente visível em Portugal, onde algumas das regiões acentuaram o envelhecimento que já era comparativamente mais elevado no início da década de oitenta, com particular relevo para evolução observada no Alentejo.

3 — O ENVELHECIMENTO DEMOGRÁFICO DE CADA UMA DAS GRANDES REGIÕES DE PORTUGAL

Para finalizar, iremos agora analisar a evolução no interior de cada uma das regiões anteriormente tratadas. Com vista a uma maior simplificação iremos apresentar unicamente o Índice de Vitalidade em 1981 e 1991, bem como a Variação Percentual dos Jovens e dos Velhos neste período.

No que respeita à região Norte, verifica-se que em 1981 a razão entre o número de Velhos e Jovens é na generalidade baixa, embora as sub-regiões não se encontrem todas na mesma situação, pois as primeiras são sensivelmente metade dos segundos no Minho Lima, no Douro e no Alto Trás-os-Montes, que registam, assim, quantitativos bastante mais elevados do que as restantes zonas.

Em 1991 o rácio aumenta de um modo significativo na maioria dos casos em cerca de 50%, mantendo-se de algum modo a posição relativa observada em 1981. Todavia, as regiões já mais envelhecidas são as que sofrem um maior acréscimo.

As diferenças encontradas nos dois anos correspondem, fundamentalmente, às desigualdades existentes nos ritmos de envelhecimento no topo, pois no que respeita ao envelhecimento na base, que é até mais elevado, a variação é bastante semelhante nas várias sub-regiões, conforme se pode constatar no Quadro 12. Neste sentido, a desigualdade manifesta-se preponderantemente no aumento da população idosa, que apresenta um maior acréscimo nas zonas já mais envelhecidas.

Se atendermos agora à região Centro, facilmente se constata que esta é uma das regiões mais complexas, o que dificulta obviamente uma análise que se pretende pouco pormenorizada. Em primeiro lugar, porque tem um maior número de sub-regiões, depois porque apresenta uma situação inicial bastante diferenciada, que de modo algum se atenua ao longo do período, pois em 1991 é enorme a diversidade do Índice de Vitalidade. Por outro lado, e apesar do generalizado declínio na importância relativa dos Jovens e no acréscimo dos Velhos, o ritmo de evolução de cada um destes grupos etários é igualmente diversificado.

QUADRO 12
ÍNDICE DE VITALIDADE EM 1981 E 1991, (%)
E VARIAÇÃO PERCENTUAL
DOS JOVENS E VELHOS, NA REGIÃO NORTE

Regiões\Anos	1981	1991	VAR. %	Jovens	Velhos
Norte	33.9	50.7	-49.6	- 22.8	15.3
Minho Lima	51.9	79.3	52.8	- 23.0	17.9
Cávado	26.9	38.6	-43.5	- 22.5	11.5
Ave	26.1	37.6	-44.1	- 22.2	12.3
Grande Porto	34.0	52.0	52.9	- 22.9	18.0
Tâmega	27.2	38.3	40.8	- 22.7	8.9
Entre D. e V.	30.3	45.7	50.8	-23.1	15.9
Douro	44.7	71.8	60.6	- 23.4	23.0
Alto T. M.	47.4	85.2	79.7	- 25.2	34.4

No entanto, e com excepção para a zona de Pinhal Interior Sul, todas as restantes registam um acréscimo no Índice de Vitalidade da ordem dos 50%, o que permite que não haja uma alteração significativa no seu posicionamento relativo em cada um dos anos.

QUADRO 13
ÍNDICE DE VITALIDADE EM 1981 E 1991, (%)
E VARIAÇÃO PERCENTUAL
DOS JOVENS E VELHOS, NA REGIÃO CENTRO

Regiões\Anos	1981	1991	VAR. %	Jovens	Velhos
Centro	58.5	85.5	46.2	- 19.9	17.6
Baixo Vouga	42.1	61.2	45.4	- 20.8	15.3
Baixo Mondego	54.9	82.9	51.0	- 22.3	17.2
Pinhal Litoral	38.6	62.3	61.4	- 18.4	27.0
Pinhal Interior	84.5	119.7	41.7	- 18.7	15.1
Pinhal Interior Sul	101.5	204.8	101.8	- 37.1	27.0
Dão / Lafões	53.4	77.5	45.1	- 19.3	17.0
Serra da Estrela	70.4	102.6	45.7	- 18.0	19.5
Beira Interior	83.0	121.5	46.4	- 18.8	18.8
Beira Interior Sul	110.8	156.7	41.4	- 17.8	16.1
Cova da Beira	69.2	97.3	40.6	- 17.2	16.3

Não podemos negligenciar contudo a situação inicial na qual algumas zonas apresentam já um número de Velhos superior ao dos Jovens e que outras estão muito próximas deste nível de envelhecimento. Assim se compreende que passados dez anos metade das sub-regiões tenha um Índice superior a cem, e que no caso de Pinhal Interior Sul este ultrapassa mesmo os duzentos, ou seja, os Velhos são mais do dobro dos Jovens.

Quanto à região de Lisboa e Vale do Tejo, com um Índice que não é muito acentuado no contexto nacional até agora observado, tanto em 1981 como em 1991, e que apresenta na maioria das sub-regiões uma variação percentual deste indicador da ordem dos 50%, podemos salientar dois aspectos que consideramos dignos de registo. Por um lado, a situação bastante heterogénea em ambas as datas, por outro um maior envelhecimento da zona da Grande Lisboa, que tem um dos maiores declínios na percentagem dos Jovens e um dos maiores aumentos na percentagem dos Velhos.

Neste sentido, parece-nos possível identificar três zonas com relativa homogeneidade. Uma é a de Lisboa e Vale do Tejo, da Grande Lisboa e do Oeste com uma situação intermédia, enquanto que os extremos se encontram na Península de Setúbal, a mais jovem e no Médio Tejo e Lezíria do Tejo, as mais envelhecidas.

QUADRO 14
ÍNDICE DE VITALIDADE EM 1981 E 1991, (%)
E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS E VELHOS,
NA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO

Regiões\Anos	1981	1991	Jovens	Velhos
Lisboa e Vale do Tejo	45.5	71.6	- 21.5	23.6
Oeste	51.9	77.0	- 18.7	20.5
Grande Lisboa	43.9	70.8	- 22.6	24.8
P. de Setúbal	32.5	49.2	- 22.6	17.1
Médio Tejo	66.1	97.8	- 19.6	18.9
Lezíria Tejo	60.9	92.7	- 19.1	23.1

QUADRO 15
ÍNDICE DE VITALIDADE EM 1981 E 1991. (%)
E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS E VELHOS.
NA REGIÃO DO ALENTEJO

Regiões\Anos	1981	1991	Jovens	Velhos
Alentejo	77.3	107.9	- 14.5	19.4
Alentejo Litoral	67.0	89.3	- 11.0	18.6
Alto Alentejo	90.9	125.4	- 14.2	18.4
Alentejo Central	71.8	102.8	- 15.3	21.3
Baixo Alentejo	79.0	112.9	- 16.8	18.9

O Alentejo é, como vimos, a região mais envelhecida do país. Com um Índice de Vitalidade relativamente acentuado já em 1981, a situação apresenta-se bastante agravada em 1991, quando a maioria das zonas tem um quantitativo de pessoas com mais de 65 anos superior ao daqueles que têm idades inferiores a 15 anos. Todavia, o ritmo de envelhecimento é na generalidade inferior ao observado noutras regiões e respectivas zonas, facto que é justificado por um menor decréscimo no peso relativo dos Jovens e um acréscimo que também não é dos mais elevados na importância relativa dos idosos.

No entanto, esta evolução não foi suficiente para que se possa dizer que o envelhecimento, mormente o envelhecimento no topo, caminhe para uma estabilização como acontece em certos países da Europa, sendo esta região uma das grandes responsáveis pela diversidade da estrutura etária de Portugal, como já tivemos ocasião de referir.

De acordo com a classificação estatística por Nuts, o nosso trabalho ficaria por aqui, pois as regiões do Algarve, Açores e Madeira surgem na sua globalidade, quer no Nut II como no III, e, como dissemos no início, uma análise mais pormenorizada, que tomasse em consideração a realidade concelhia, não nos permitiria, com a metodologia adoptada, conseguir corresponder de uma forma mais clarificadora aos objectivos deste trabalho.

Pensamos, no entanto, que a realidade insular justifica uma maior grau de desagregação, pois a descontinuidade territorial coloca problemas totalmente diferentes daqueles que se verificam nos continentes, onde as comunicações são bastante mais acessíveis, mesmo que diferenciadas en-

tre as várias regiões, e no interior de cada uma delas, o que se reflecte em todos os aspectos sociais. O campo demográfico não é uma excepção.

Esta realidade é fundamentalmente visível nos Açores, com um maior número de ilhas que, ao longo dos tempos, apresentam uma evolução populacional e comportamentos demográficos bem distintos. Neste sentido, iremos em seguida analisar a situação interna dos Açores e da Madeira, tomando como unidade de trabalho cada uma das ilhas dos respectivos arquipélagos.

QUADRO 16
ÍNDICE DE VITALIDADE EM 1981 E 1991. (%)
E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS E VELHOS.
NA REGIÃO AÇORES

Regiões\Anos	1981	1991	Jovens	Velhos
Açores	38.1	46.4	- 10.1	9.7
Santa Maria	34.5	41.8	- 9.5	9.8
S. Miguel	27.1	35.6	- 13.1	14.3
Terceira	45.0	53.7	- 6.2	12.1
Graciosa	80.5	98.5	- 6.8	14.1
S. Jorge	52.8	64.7	- 11.3	8.6
Pico	84.6	93.5	- 6.1	3.9
Faial	62.9	69.0	- 7.6	1.3
Flóres	81.8	85.3	- 3.6	0.5
Corvo	98.4	137.1	- 7.3	29.1

Vimos anteriormente que no contexto nacional o arquipélago dos Açores apresentava-se como uma das regiões mais jovens do país, com um aumento não muito acentuado no seu Índice de Vitalidade. O declínio da população mais jovem, ainda que generalizado, como aconteceu em todo o país, tem um ritmo bastante atenuado, verificando-se algo de semelhante no que respeita ao acréscimo relativo dos mais velhos. No entanto, a situação e evolução em cada uma das ilhas apresenta-se diferenciada, conforme se pode observar no Quadro 16.

Com efeito, logo em 1981 encontramos valores muito distintos no Índice de Vitalidade das várias ilhas açorianas, tendo a grande maioria quantitativos muito superiores à média regional, pois só Santa Maria e

S. Miguel não se encontram nesta situação. Nesta data, podemos agrupar as ilhas como fizemos para outras regiões, considerando por um lado as mais jovens, por outro as mais envelhecidas e, por último, aquelas que estão numa posição intermédia entre as situações extremas.

Assim, verifica-se que Santa Maria e S. Miguel são as ilhas mais jovens, enquanto que a Graciosa, o Pico, as Flores e o Corvo são as mais envelhecidas, não apresentando uma grande diferença no quantitativo de Jovens e Velhos. Quanto às ilhas que se posicionam entre estes dois extremos, os valores são um pouco mais díspares, oscilando entre os 45% na Terceira e os 63% no Faial.

Em 1991, e não obstante o envelhecimento generalizado, a desigualdade anteriormente referida não sofre grandes alterações, mantendo-se de algum modo a repartição estabelecida para 1981. Todavia, o ritmo de envelhecimento na ilha de S. Miguel é mais elevado, acontecendo o mesmo no Corvo, apesar de estas serem as ilhas que tinham, e têm ainda em 1991, as posições extremas, respectivamente a mais jovem e a mais envelhecida.

Efectivamente, S. Miguel regista o maior decréscimo no número de jovens, tendo igualmente um dos aumentos mais significativos no grupo dos mais idosos. No Corvo, a grande alteração respeita ao envelhecimento no topo, com um valor perfeitamente excepcional no contexto regional. Não podemos aqui deixar de realçar a diminuta dimensão populacional desta ilha, que em parte pode justificar as grandes alterações ou flutuações que nela observamos. De resto, não queremos também deixar de sublinhar que são as ilhas mais envelhecidas as que registam uma modificação menos acentuada, principalmente se atendermos à evolução observada no Pico e nas Flores.

No que respeita à Madeira verifica-se a nível global uma situação muito semelhante à dos Açores, embora o envelhecimento tenha sido um pouco mais acentuado, como consequência de uma diminuição mais significativa no grupo dos Jovens. Todavia esta continua a ser uma das regiões mais jovens de todo o país.

QUADRO 17
ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO EM 1981 E 1991, (%)
E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS E VELHOS,
NA REGIÃO DA MADEIRA

Regiões/Anos	1981	1991	Jovens	Velhos
Madeira	34,1	46,4	- 19,8	9,5
Porto Santo	25,8	30,7	- 14,9	1,8
Madeira	34,1	48,0	- 20,8	11,4

Se atendermos à situação de 1981 verifica-se que o envelhecimento não é idêntico entre as duas ilhas e que a caracterização global corresponde à estrutura demográfica verificada na ilha da Madeira, facto perfeitamente justificado pela diminuta dimensão demográfica de Porto Santo.

Em 1991 o ritmo de envelhecimento na ilha da Madeira é relativamente significativo, embora o Índice de Vitalidade continue a ter valores comparativamente baixos. As alterações devem-se fundamentalmente ao declínio dos Jovens, embora no Porto Santo não se possa negligenciar o acréscimo dos idosos que no entanto, quer numa data, quer na outra, têm um peso relativo inferior a 10%.

Para concluir, e tentando estabelecer algum paralelismo entre a evolução verificada nos países da União Europeia e Portugal, quer na sua globalidade quer nas suas diversas regiões, podemos dizer que, em termos muito genéricos, ainda se encontram algumas diferenças. Embora consideremos que uma análise entre países, e entre regiões de um mesmo país, não são totalmente comparáveis, não nos pareceu que tal facto fosse impeditivo das conclusões que pretendemos apresentar e que se centram nas principais similitudes e diferenças encontradas.

A desigualdade pode ser explicada, em parte, pela existência de um certo desfazamento temporal, embora persistam tendências cujo desenvolvimento não nos parece totalmente clarificado, e que podem ser diversas daquelas que observamos na Europa.

Neste caso, a similitude respeita fundamentalmente ao declínio da população Jovem. Num breve espaço de tempo, Portugal e os restantes países do Sul, que registavam percentagens mais elevadas, apresentam no início dos anos noventa uma situação bastante homogénea, fruto de uma mais acentuada diminuição neste Grupo Funcional.

De algum modo, verifica-se a mesma tendência nas várias regiões

do país, onde a população deste nível etário tem sofrido uma diminuição particularmente significativa, conduzindo a uma menor diversidade entre as várias regiões do continente. Nas ilhas, e em comparação com o continente, apesar de se observar a mesma evolução, o ritmo, sendo menor, não parece ter tido como tal o mesmo efeito de homogeneização. No entanto, no interior de cada um dos arquipélagos, particularmente nos Açores, podemos observar uma situação relativamente semelhante, com uma tendência para uma menor desigualdade no envelhecimento na base das várias ilhas.

No que respeita ao envelhecimento no topo, a diversidade entre as grandes regiões portuguesas, e até no interior de cada uma delas, é ainda uma realidade e nos últimos anos não verificamos uma evolução idêntica à dos países da União Europeia. Nesta, como constatámos no início deste trabalho, os países com um maior número de idosos registavam ritmos de crescimento bastante atenuados, nulos ou até um ligeiro rejuvenescimento. Em Portugal tal não se verifica, sendo na região do Alentejo que podemos encontrar a situação mais paradigmática. Mas o mesmo acontece, por exemplo, em algumas sub-regiões do Centro, nas quais as já mais envelhecidas em 1981 reforçam esta tendência ao longo de toda a década de oitenta, apresentando em 1991 um quantitativo de velhos muitíssimo elevado, e comparativamente superior ao que tinham dez anos antes.

Não é nossa intenção analisar as razões demográficas, e muito menos as sócio-económicas ou culturais destas diferenças, mas não podemos deixar de sublinhar a importância da mobilidade, quer em termos de emigração, quer de movimentos internos de saída. Como sabemos a entrada, nomeadamente pela imigração, é uma das características dos países que temos vindo a analisar e que foi também factor de unidade demográfica na Europa a partir do momento em que os países do Sul, tradicionalmente de emigração, passaram também a receber pessoas do exterior.

Não nos parece que este seja um factor comum às regiões e sub-regiões portuguesas. No entanto, e contrariamente ao que acontece com a mortalidade e a natalidade, cujas alterações são morosas e qualquer alteração de tendência não parece possível num curto espaço de tempo, o mesmo não podemos dizer da mobilidade, o fenómeno demográfico de maior reversibilidade.

Se se pretende um país onde as assimetrias regionais tendam a atenuar-se, e considerando a importância da população, dos recursos huma-

nos, como factor primeiro do desenvolvimento, cremos que não se pode negligenciar a importância desta variável, fundamental para o equilíbrio demográfico de todas as regiões e, consequentemente, do país.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

— Commission des Communautés Européennes. *“La situation démographique dans L'Union Européenne — Rapport 1994”*, Office des publications officielles des Communautés Européennes. L-2985 Luxembourg.

— Instituto Nacional de Estatística. *XIII Recenseamento Geral da População, Região Autónoma dos Açores*. 1993.

— Instituto Nacional de Estatística. *XIII Recenseamento Geral da População, Região Autónoma da Madeira*. 1993.

— Gilberta Pavão Nunes Rocha. *Dinâmica Populacional dos Açores no Sec. XX- Unidade- Permanência- Diversidade*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1991.

— J. Manuel Nazareth, *O Envelhecimento da População Portuguesa*, Lisboa, Editorial Presença, 1979

— J. Manuel Nazareth, “A Demografia Portuguesa no Contexto da Europa Comunitária no Início dos Anos Noventa” in *Estudos Demográficos*, nº31, INE. 1993

— J. Manuel Nazareth, “O Envelhecimento Demográfico da População Portuguesa no Início dos Anos Noventa”, comunicação apresentada no Colóquio *A Família nas Regiões Insulares Europeias*. Ponta Delgada, 1995

— Maria José Carrilho, “O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas”, in *Estudos Demográficos*. Nº 31, INE. 1993